

PRIMEIRO FÓRUM DA FRENTE PARLAMENTAR CONTRA A FOME

RELATÓRIO FINAL *

São Paulo, Brasil, Março 4 e 5 de 2010

O Primeiro Fórum da Frente Parlamentar contra a Fome ocorreu na cidade de São Paulo, Brasil, nos dias 4 e 5 de março de 2010 visando proporcionar um amplo espaço para o debate, diálogo e encontro de membros do Poder Legislativo e dos parlamentares nacionais, subnacionais e sub-regionais e outros atores relacionados com a Segurança Alimentar e Nutricional dos povos da América Latina e do Caribe, além de permitir a troca de opiniões e perspectivas para estabelecer linhas estratégicas comuns para garantir o Direito à Alimentação na Região.

A jornada do dia 4 se tratou de uma reunião entre os e as parlamentares integrantes da Frente Parlamentar contra a Fome visando definir uma estrutura organizacional para operacionalizar o FPF, enquanto que no dia 5 os integrantes da Frente definiram junto com a sociedade civil organizada linhas estratégicas voltadas para o trabalho da Frente durante o período 2010-2011, assinando uma Declaração Final do Primeiro Fórum da Frente Parlamentar contra a Fome.

* Versão preliminar.

I. JORNADA DE PARLAMENTARES, 4 DE MARÇO DE 2010

1. PAINEL DE INAUGURAÇÃO

Senhor Daniel Balaban

Presidente do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação - FNDE Brasil

Deputado Simão Pedro

Parlamentar da Assembleia Legislativa de São Paulo

Deputado José Carlos Cardoso

Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlamento Latino-americano (Parlatino)

Congressista Fausto Lupera

Vice-presidente do Parlamento Andino (Parlandino)

Deputado Carlos Haully

Representante do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA)

Deputado Luis Castilla

Presidente da Comissão de Saúde, População e Assuntos Trabalhistas e Sindicais do Parlamento Centro-americano (Parlacen)

Senador Antonio Carlos Valadares

Representante do Senado Federal do Brasil

Deputado Nazareno Fonteles

Presidente da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar do Brasil (FSA)

Deputada Nidia Martínez Piti

Presidente da Comissão de Saúde do Parlamento Latino-americano (Parlatino)

Senhor Juan Carlos García Cebolla

Coordenador do Projeto de apoio à Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome

O Painel de Inauguração contou com as palavras de diferentes personalidades representantes dos poderes legislativos integrantes da Frente Parlamentar contra a Fome, assim como da Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome e autoridades da República Federativa do Brasil. Uma vez concluídas as saudações de cada um dos representantes, abriu-se o espaço para as exposições introdutórias, a cargo do Sr. Juan Carlos García Cebolla e da Deputada Nidia Martínez Piti.

2. EXPOSIÇÕES

- Resultados da Cúpula Mundial de Segurança Alimentar 2009

Juan Carlos García Cebolla - Coordenador do Projeto de Apoio à Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome

O Sr. Juan Carlos García Cebolla iniciou sua apresentação expondo sobre os resultados da Cúpula Mundial de Segurança Alimentar, que ocorreu em novembro de 2009 na cidade de Roma, Itália.

Mencionou os objetivos estratégicos: assegurar ação urgente nos planos nacional, regional e mundial visando à plena realização da primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio e do objetivo da Cúpula Mundial sobre a Alimentação de 1996; reduzir pela metade o número de pessoas atingidas pela fome e a desnutrição para o ano de 2015; unir forças e competências para trabalhar na Aliança Mundial para a Agricultura, a Segurança Alimentar e a Nutrição aproveitando uma melhor coordenação nos planos mundial, regional e nacional; e inverter a tendência da diminuição do financiamento nacional e internacional para a agricultura, a segurança alimentar e o desenvolvimento rural nos países em desenvolvimento.

Acrescentou os compromissos e ações: Princípio 1: Investir em planos nacionais para canalizar recursos para associações e programas bem delineados e baseados em resultados. Princípio 2: Fomentar a coordenação estratégica nos planos nacional, regional e mundial para melhorar a governança. Princípio 3: Fomentar uma abordagem dual ampla da segurança alimentar: a dupla. Princípio 4: Assegurar um papel importante do sistema multilateral. Princípio 5: Garantir o compromisso substancial e duradouro de todos os associados de investir na agricultura, na segurança alimentar e a nutrição.

No contexto do Comitê de Segurança Alimentar da FAO (CFS), foi aprovado o papel do CFS como plataforma para o debate e a coordenação a fim de fortalecer uma atuação colaborativa entre: governos, organizações regionais, organismos internacionais; organizações da sociedade civil (OSC); organizações de produtores de alimentos; organizações do setor privado; organizações filantrópicas; e outras partes interessadas pertinentes, de acordo com o contexto específico e as necessidades concretas de cada país e região.

- Antecedentes da Frente Parlamentar contra a Fome da América Latina e o Caribe

Deputada Nidia Martínez Piti - Presidente da Comissão de Saúde do Parlamento

A Deputada Martínez começou sua apresentação ressaltando a importância de que Segurança Alimentar figurasse na agenda política e almejando que o Fórum culminasse em acordos concretos. Posteriormente manifestou as áreas em que os parlamentares podem utilizar suas faculdades legislativas em benefício do combate à fome e na promoção da Segurança Alimentar: apresentando projetos de lei, aprovando orçamentos públicos, criando ou adequando funções governamentais e influenciando nos ciclos de políticas públicas. A Deputada deu uma visão geral do processo que tem sido realizado para criar a Frente Parlamentar contra a Fome, desde as reuniões preparatórias que foram realizadas em Santiago do Chile para a América do Sul e na Cidade do Panamá para a América Central, o Caribe e o México, assim como no lançamento oficial que foi realizado na Cidade do Panamá em setembro de 2009. A Deputada enfatizou a necessidade de levar em consideração a situação nutricional dos habitantes da Região para desenvolver estratégias eficazes numa idade precoce, quando é mais efetivo.

3. PALAVRAS POR PODER LEGISLATIVO

As delegações de cada poder legislativo presente na Jornada de Parlamentares tiveram 5 minutos para relatar a situação da segurança alimentar em seus respectivos espaços de representação, esclarecendo sua posição sobre a forma na qual deveria ser articulada a Frente Parlamentar contra a Fome para ter uma ação eficaz.

- Brasil. Deputado Nazareno Fonteles, Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar

O Deputado Fonteles iniciou sua exposição relatando as ferramentas usadas no Brasil para fortalecer a Agricultura Familiar e a Alimentação Escolar, além de medidas diversas como o

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e programas de transferência de renda como o Bolsa Família. Afirmou que no período de 2003 a 2010 foi aprovada a legislação que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e uma lei regulamentando a Agricultura Familiar e a Assistência Técnica Rural gratuita para os agricultores familiares. Além disso, apontou que o Direito à Alimentação já está tacitamente expresso no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, disse que o país caminha agora para uma evolução deste contexto para enfim atingir a consolidação das leis sociais, que regulamentará todas as leis de cunho social, fortalecendo-as a fim de que não sejam uma marca de cada governo, mas algo que seja respeitado independentemente do partido governante.

Desta maneira, ao apontar as prioridades para o trabalho da Frente Parlamentar contra a Fome, o Deputado Fonteles indicou temas que foram abordados na maior parte do Fórum e pela grande maioria dos parlamentares presentes. A primeira prioridade mencionada pelo deputado foi o Fortalecimento da Agricultura Familiar, priorizando a produção local e dedicando maior atenção às políticas públicas de acesso ao alimento.

Em seguida, enfatizou que a Alimentação Escolar merece um apoio especial por ter se posicionado como uma maneira eficiente de permitir o acesso a uma parte da população que realmente necessita dela e sobressaltou que é capaz de ser feita ligando a Agricultura Familiar e o ensino às crianças de como se alimentar adequadamente, incubando a noção do Direito Humano à Alimentação. Nesse sentido, apresentou a terceira prioridade que é Propagar as ideias de Segurança Alimentar e Nutricional capacitando as pessoas para trabalharem com a noção de Direito Humano à Alimentação juntamente com a de Soberania Alimentar.

Por fim, o Deputado Fonteles dedicou um tempo da exposição para relatar como deve funcionar a Frente Parlamentar contra a Fome, ressaltando que ainda não há maturidade suficiente para conformar uma coordenação da Frente, mas que deveria ser priorizada a formação de um Plano de Trabalho, para a partir de então atingir um formato regulamentado.

- Equador. Deputado Jaime Abril, Presidente da Comissão de Soberania Alimentar e Desenvolvimento do Setor Agropecuário e da Pesca

O congressista iniciou sua exposição relatando a difícil experiência de seu país quanto à nutrição de uma maneira geral. Apontou que o Equador está passando por um momento de reconhecimento dos Direitos Humanos e que, nesse sentido, o reconhecimento do Direito à Alimentação e a erradicação da fome não devem ser entendidos de forma improvisada, mas sim como um objetivo “permanente, progressivo, inclusivo, estratégico e prioritário”.

Propôs “elementos-chave” como o apoio à produção local, a inocuidade dos alimentos e o incentivo à pequena propriedade. Por fim, disse que deve haver sistemas justos e solidários de compra e venda que respeitem os alimentos locais e ancestrais.

- Equador. Congressista Pedro de la Cruz, integrante da Comissão de Soberania Alimentar e Desenvolvimento do Setor Agropecuário e da Pesca

O congressista Pedro de la Cruz analisou o termo Soberania Alimentar e manifestou a relevância de que ele seja tratado assim e não apenas como Segurança Alimentar. O Congressista acrescentou que o objetivo definido para 2015 de reduzir a fome pela metade, no âmbito das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM), não está funcionando, e que deveria ser trabalhado o termo Soberania Alimentar e a ideia trazida em seu bojo de “alimentos saudáveis e culturalmente apropriados”, além do acesso à terra e à água. Adicionou, conclusivamente, que a experiência de países como o Brasil na Alimentação Escolar podem contribuir fortemente para os outros países.

- Paraguai. Deputado Cándido Aguilera

O Deputado Aguilera iniciou relatando os três programas existentes em seu país de combate à fome voltados para crianças, jovens e adultos: o da infância e pré-escolar, o do suplemento nutricional para as escolas e o da segurança alimentar para os idosos. A respeito disso, fez uma alerta quanto ao grave problema do Paraguai: sua baixíssima carga tributária cobrada, o que faz com que o Estado seja bastante pobre e não sejam atingidas as metas propostas. Além disso, apontou que pretende criar nesse país uma Frente Parlamentar contra a Fome, reunindo parlamentares nacionais e dos governos regionais e sub-regionais. Concluiu fazendo um protesto para que a luta contra a fome seja também uma luta contra a sede, apontando aí algo até então não abordado no Fórum.

- Peru. Deputado Franklin Sánchez

O Deputado peruano iniciou falando das grandes tarefas e compromissos que são adquiridos quando é debatida a questão da Fome e que os parlamentares têm um papel decisivo especialmente na aprovação de recursos para responder concretamente à superação deste grave problema. Expressou, de acordo com seu ponto de vista, que a Meta número 1 das MDM não seria realizada até 2015 tendo em vista que houve um retrocesso nos últimos anos, ou seja, “é evidente que haverá um fracasso”. Demonstrou a importância de definir a Segurança Alimentar como uma Política de Estado e não apenas de Governo e que devem ser geradas políticas a fim de garantir o acesso à terra para todos. Terminou seu discurso relatando que algumas dimensões não podem ficar ausentes quando o que se discute é a Segurança Alimentar, como a dimensão econômica (orçamentos, projetos, etc.), produtiva (atividade agrícola e pesqueira, comércio exterior, subsídios, etc.), dimensão nutricional e dimensão social.

- Venezuela. Deputado Braulio Álvarez

O discurso do Deputado Álvarez, representante da Frente de Camponeses e Pescadores Simón Bolívar em seu país, se pautou em apontamentos sobre como o modelo neoliberal vigente era pernicioso para a defesa da Segurança Alimentar, modelo que se estabeleceu como hegemônico após a queda da URSS. Suas proposições foram no sentido de promover a cooperação internacional do continente sul-americano através de mecanismos como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), o Banco do Sul, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Apontou como fundamental o incentivo à produção endógena de alimentos com ajuda dos “países irmãos” como o Brasil, a Argentina e Cuba. E por fim, ressaltou também a importância da Agricultura Familiar e da Alimentação Escolar.

- Uruguai. Deputado José Carlos Cardoso, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlatino

O Deputado José Luis Cardoso, direcionou suas palavras com ênfase na Educação, apontando a importância de corrigir e melhorar a alimentação das crianças e de encarar o ambiente escolar como um instrumento integrado à comunidade, capaz de realizar transformações essenciais. Definiu as escolas públicas como “um ensaio muito interessante”. Demonstrou sua preocupação quanto ao fato de que houve um retrocesso na luta contra a fome nos últimos anos, tendo aumentado a quantidade de famintos, que no mundo chegou a um bilhão de pessoas. Em seguida, chamou a atenção para o grande desafio que tem pela frente a FPF de conseguir propor ações mais práticas, pois, ao se dedicar muito tempo ao discurso isto faria com que ninguém atingisse medidas efetivas, propondo então uma maior precisão nas discussões do Fórum, não focadas apenas no ideológico.

- Costa Rica. Deputado Salvador Quirós

O Deputado Quirós separou em três pontos principais as preocupações que devem ser priorizadas pela Frente Parlamentar contra a Fome, sendo eles: a coordenação das políticas públicas

referentes ao tema, o investimento público em saúde, educação e Segurança Alimentar e aquela em que podem atuar mais efetivamente os parlamentares, ou seja, que a legislação de cada país seja permissiva a uma maior atenção para a questão da fome. Concretamente, disse que a alimentação escolar no sistema do ensino básico é extremamente importante e que a alternativa das hortas escolares deve ser apreciada.

- El Salvador. Deputado Mario Marroquín

O Deputado Marroquín disse que ainda não existe em El Salvador uma lei de Segurança e Soberania Alimentar, mas que os eventos recentes tem mobilizado o país a tomar consciência em prol da questão da fome, havendo no momento três anteprojetos de lei em discussão, os quais enfrentam o desafio de ser concretizados numa lei acordada entre os diferentes atores envolvidos na segurança alimentar. Também se ocupou de temas já abordados como a Alimentação Escolar e a redução da pobreza quase pela metade (de um 67% para um 34%). Por outro lado, disse que a Frente Parlamentar deve focalizar seus esforços em três projetos fundamentais: a continuação, a intensificação e a coordenação de seus trabalhos.

- México. Senador René Arce

O Senador René Arce afirmou haver programas com o intuito de promover a Segurança Alimentar no México, como o direito à alimentação de crianças e indígenas, mas que é por setores e não universal nem constitucional, pelo que esta é uma questão importante para ser trabalhada no país. Deu conta da publicação de uma Lei de Segurança Alimentar para o Distrito Federal, a qual foi trabalhada juntamente com a Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome e a então deputada Carla SánchezArmas. Acrescentou a importância de gerar um compromisso no sentido de conseguir fazer uma próxima reunião com resultados mais concretos. Além disso, fez um chamado para que a Frente Parlamentar contra a Fome mantenha uma estrutura de integração plural e continue tendo o apoio da FAO.

- México. Deputado Reginaldo Rivera

O representante da Câmara dos Deputados, Reginaldo Rivera, apontou que seu país tem uma tradição histórica de direitos sociais, camponeses e trabalhistas. Citou ainda os programas existentes no México, de despesas e do campo. Mencionou aspectos alimentares negativos como a obesidade e a diabete. Por fim, denunciou que a existência de monopólios agropecuários põe em risco as fontes produtivas do povo. E enfatizou o convite aos outros parlamentares de serem recebidos no México para o próximo Fórum da FPF.

- Cuba. Deputada Elsa Rojas

A Deputada cubana Elsa Rojas iniciou sua exposição admitindo que há em seu país uma grande vontade política, pois cerca de 60% do orçamento nacional é dedicado a educação, saúde, segurança social e alimentação. Relembrou que as crises econômicas e as catástrofes meteorológicas anuais complicam muito a situação de Cuba e dos outros países da região. Apontou, nesse sentido, que a Agricultura Urbana pode contribuir nesse contexto por aliar Segurança Alimentar e Emprego, e que além de programas individuais a cooperação com outros países é importante para atuar na questão. Neste caso, citou a ALBA como exemplo de cooperação.

- Guatemala. Deputado Ferdy Berganza

O Deputado Ferdy Berganza explicou sobre o processo no qual a questão da Segurança Alimentar tem se tornado uma prioridade em seu país. Indicou que o problema é que os alimentos não chegam às pessoas e que existe uma distribuição da riqueza inadequada e incorreta. Segundo o Deputado Berganza, embora a constituição seja aceitável e exista uma lei de segurança alimentar que é um modelo para a América Latina, e se bem há leis, instituições e programas de governo, a situação da fome não tem sofrido mudanças substanciais. Acrescentou que das 9

iniciativas de desenvolvimento rural, apenas 1 passou pela Comissão de Agricultura, apontando que o problema é o dinheiro, os orçamentos. Finalizou ressaltando a importância de que a Frente trabalhe por leis homólogas e que seja aberto e com participação de outros organismos para conseguir financiamento e recursos, assim como propostas concretas que diferenciem o “fazer” do “dizer”.

- Panamá. Juan Miguel Ríos

O Deputado Juan Miguel Ríos relatou os programas de educação para crianças em seu país além de programas como a transferência de renda para maiores de 70 anos e o incentivo dado à produção de alimentos. Sobressaltou um ponto determinante no Fórum, de que a Segurança e Soberania Alimentar devem ser encaradas como uma Política de Estado e não apenas de Governo, caracterizando então sua transcendência no tempo.

- República Dominicana. Deputado Víctor Terrero

No que tange ao seu país, o Deputado Víctor Terrero relatou, entre outras informações, o fato de que 90% dos alimentos consumidos são produzidos internamente, revelando a importância do apoio que deve ser dado à produção de alimentos. Seu discurso se ocupou bastante de relatar a situação do Haiti após o terremoto que deixou efeitos terríveis no país vizinho, conclamando todos os presentes a manifestarem o apoio aos irmãos do Haiti e do Chile, como ficou definido no documento final do Fórum.

- Parlacen (Parlamento Centro-americano). Deputada Xanthis Suárez

A deputada nicaraguense Xanthis Suárez pautou seu discurso como representante do Parlacen na importância da articulação macro e micro, isto é, que devem ser redobrados os esforços regionais, não apenas entre os países latino-americanos, mas também com o continente europeu e que nesse sentido exista uma sinergia com a Assembleia Parlamentar Euro-Latino-americana (Eurolat). Propôs que sejam realizadas reuniões bianuais e anuais para direcionar os trabalhos na adoção de medidas concretas. Por fim, relatou algumas leis como a de segurança alimentar, a do leite infantil e a do fomento as mulheres à terra.

- Parlamento Andino. Fausto Lupera, Vice-presidente do Parlandino

O representante do Parlamento Andino relatou que o problema da fome é a forma, que o fundo dele é a pobreza, causada pela insegurança jurídica, a politização, o esbanjamento e a corrupção, a péssima administração dos governos, o não controle da natalidade, a má distribuição da riqueza em termos de produção e partilha, a falsa democracia, a que o Estado é rico e o povo, pobre. Aquilo evita que seja gasto mais orçamento em prol da Segurança Alimentar. Por fim, ressaltou que é incoerente gastar-se tanto dinheiro com armamentos ao invés de que seja priorizada a luta contra a fome.

- Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA). Deputado Carlos Haully

O representante do FIPA relatou as 14 recomendações finais da 6ª Assembleia Plenária de Ottawa, Canadá, que vão na mesma direção das preocupações da Frente Parlamentar contra a Fome. Fez, por fim, uma homenagem à coordenadora da Pastoral da Criança, a brasileira Zilda Arns, morta no terremoto do Haiti, e ressaltou a importância do voluntariado na luta contra Fome.

PLENÁRIA GERAL:

Na Plenária Geral os e as parlamentares iniciaram uma discussão voltada para o estabelecimento de um acordo final baseado nas propostas apresentadas nas palavras por poder legislativo que ocorreu anteriormente. Nesse momento, o deputado Nazareno Fonteles propôs uma coordenação

provisória para a Frente Parlamentar contra a Fome, indicando que não existia maturidade suficiente para que fosse formado um estatuto da FPF. Foi ressaltado que a Fome não deve ser apenas um tema de Governo, mas também de Estado; que deve ser incluído o conceito Soberania ao de Segurança Alimentar; que deve ser criada uma Comissão para a coordenação, a articulação e o delineamento de estratégias da Frente Parlamentar; que ela deve conter representantes de todos os espaços presentes: os parlamentares efetivamente, pois se trata de uma frente parlamentar, e a sociedade civil, de modo a assessorar a Comissão; que cada país deve promover fóruns nacionais e que deveria ser estabelecido um calendário comum; e a existência de um Fórum virtual para que os parlamentares possam acompanhar a situação em cada país e da Frente como um todo.

II. FÓRUM PARLAMENTAR CONTRA A FOME, 5 DE MARÇO

1. PAINEL DE INAUGURAÇÃO

Deputado Simao Pedro

Parlamentar da Assembleia Legislativa de São Paulo

Deputado José Carlos Cardoso

Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlamento Latino-americano (Parlatino)

Congressista Fausto Lupera

Vice-presidente do Parlamento Andino (Parlandino)

Deputado Nazareno Fonteles

Presidente da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar do Brasil (FSA)

Senhor Juan Carlos García Cebolla

Coordenador do Projeto de apoio à Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome

Sua Excelência, Sr. Guilherme Cassel

Ministro do Desenvolvimento Agrário do Brasil (MDA)

Sr. Renato Maluf

Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

Sr. Egidio Strappassón

Representante do Comitê Internacional do Planejamento de ONG/OSC para a Soberania Alimentar (MOCASE)

Vereadora Marisa de Sá

Segurança Alimentar no Município de Guarulhos-São Paulo

A inauguração do dia 5 de março foi marcada pela participação da sociedade civil no Primeiro Fórum da FPF. Nesse contexto, as palavras foram direcionadas para a importância da coordenação e o diálogo constantes entre a cidadania e os membros do Congresso. Além disso, mostrou-se gratidão pelo importante trabalho que tem sido feito durante 2009 para conseguir formar e estruturar esta Frente Parlamentar, que terá uma missão tão relevante na erradicação da fome na América Latina. Especiais saudações receberam as autoridades do Brasil que foram os anfitriões desta reunião.

2. PAINÉIS POR EIXO TEMÁTICO

Eixo temático 1: Direito à Alimentação: elementos chave para um marco legal

Exposições: *Américo Incalcaterra (OACNUDH), Cecilia Luna (FAO), Renato Maluf (CONSEA)*

Moderador: *Deputado Alexander Mora Mora (Costa Rica), Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento Latino-americano (Parlatino)*

Américo Incalcaterra - Representante do Alto Comissariado nas Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR)

O Sr. Américo Incalcaterra iniciou sua exposição relatando os princípios básicos e os vários eventos que fizeram atingir o status jurídico atual dos Direitos Humanos, passando pela evolução dos direitos civis, políticos e sociais. Nesse contexto é que o Direito à Alimentação se configura como um Direito Humano, considerado, portanto, inalienável. Apontou como os tratados internacionais têm efeitos diferentes sobre determinados países, sendo que para alguns, ao firmar-se um tratado as condições do mesmo se incorporam à Constituição da Nação, quanto que para outros ainda é necessário passar por aprovação interna do Legislativo. Nesse sentido, O Sr. Incalcaterra apontou a Constituição como a fonte suprema da Justiça em um país, sendo aí, portanto, que deve ser encontrada a referência ao Direito Humano à Alimentação. Ademais, afirmou que a inadequação da legislação doméstica faz com as leis não sejam cumpridas, ressaltando a importância de serem aprovadas em cada país as leis pertinentes a seu território.

Cecilia Luna López - Consultora legal para América Latina da Unidade de Direito à Alimentação da FAO-Roma

A consultora da FAO, Sra. Cecilia Luna López, iniciou expondo as vantagens em se aprovar um marco jurídico e normativo adequado e a fundamental participação dos parlamentares no processo de garantir a proteção legal ao Direito à Alimentação. Ressaltou que é necessário encarar o tema a partir de uma abordagem holística. Entre as obrigações relatadas pela consultora encontram-se a separação entre as obrigações imediatas e as progressivas e o estabelecimento das funções do Estado. Apontou, sobretudo, que a elaboração de uma lei deve se basear em processos participativos e inclusivos. Por fim, apontou que o ambiente atual é favorável para a proteção e promoção do Direito Humano à Alimentação.

Renato Maluf - Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

O Sr. Renato Maluf relatou a experiência brasileira no que compete à defesa do Direito Humano à Alimentação e como essa experiência pode ser aproveitada para promover um diálogo com outros países. Em seu país, o Brasil, o Direito à Alimentação foi incorporado à Constituição no ano 2003 e já existem vários instrumentos normativos concernentes ao tema. Em seguida, discutiu como o conceito de Segurança e Soberania Alimentar ainda está sendo construído e como os movimentos sociais têm papel fundamental na formação dele.

Debate

A partir do debate foi acordada a necessidade de que a Região busque cada vez mais o reconhecimento da Alimentação como um Direito Humano; a sociedade civil deve ser uma parte integrante e atuante na defesa do Direito Humano a Alimentação; e aliar o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional ao de Soberania Alimentar. Nesse painel foi discutida também a questão dos desastres naturais e das mudanças climáticas, a luz dos últimos acontecimentos no Haiti e no Chile, sendo proposta inclusive a criação de um fundo monetário de ajuda humanitária para as tragédias que possam ocorrer na região. Houve consenso na importância de gerar debates nacionais tendentes ao estabelecimento de marcos institucionais para que seja estabelecida a segurança alimentar juridicamente.

Eixo Temático 2: Direito à Alimentação: programas de Segurança Alimentar e compras da Agricultura Familiar

Exposições: *Adriana Veiga Aranha (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome), Nazareno Fonteles (Câmara dos Deputados do Brasil), Vitória Ginja (Programa Mundial de Alimentos)*

Moderador: Deputado José Carlos Cardoso (Uruguai), Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlamento Latino-americano (Parlatino)

Adriana Veiga Aranha - Assessora Especial do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

A Sra. Adriana Veiga iniciou sua exposição apresentando a concepção do Programa Fome Zero e como a implementação dele foi possível graças, por um lado à decisão política do Presidente Lula e pelo outro à bagagem social ou à participação popular no tema no Brasil, ressaltando que foram esses dois fatores os que tornaram a experiência exitosa. Em seguida, relatou os dos grandes problemas do Brasil: a pobreza e a desigualdade, e a grande dificuldade de enfrentá-los historicamente. Segundo ela, nesses 7 anos tem sido possível investir nessa área, e embora não tenham conseguido zerar a fome, estão muito próximos. A assessora apontou, baseando-se em estatísticas da escala de Insegurança Alimentar, que é o meio rural onde a situação é grave, isto é, onde as pessoas mais passam fome. Aquilo reflete uma contradição entre a questão da terra e da produção e a questão da fome. Uma iniciativa importante, acrescentou, foi investir em pesquisas e avaliações na área nutricional com mais regularidade. Continuou dizendo que, mais do que resolver o problema de forma imediata com 12 milhões de cestas básicas por mês e 3 refeições por dia, a opção do Presidente Lula foi fazer uma construção prolongada de promoção da Segurança Alimentar e com isso foram colocados programas mais estruturantes e programas mais emergenciais. Aquilo possibilitou a criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar. La assessora Veiga descreveu também os quatro eixos do Programa Fome Zero: o acesso a alimentação, o fortalecimento da agricultura familiar, a geração de renda e a articulação, mobilização e controle social. E as quatro questões importantes para o Sistema Nacional de Segurança Alimentar: o lançamento do Programa Fome Zero, a recriação do CONSEA, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, e a Emenda Constitucional. Falou sobre as 10 lições que a FAO tirou em 2006 para aprender com a experiência brasileira do Programa Fome Zero, entre as quais podem ser ressaltadas: as decisões políticas, o trabalho dos programas estruturantes e emergenciais, as ações diferenciadas para o meio urbano e o rural, o trabalho integrado com a sociedade civil e o cadastro único. Apontou ainda o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 pelo Presidente Lula, seus conceitos básicos e objetivos, e o quadro de modalidades e operações. A assessora Veiga concluiu se referindo à redução da fome, da mortalidade infantil, da hospitalização por desnutrição e do baixo peso em relação à idade, à melhora e aumento da variedade alimentar, graças ao trabalho junto com os Ministérios da Saúde e da Educação. Por fim, voltou ao ponto supracitado, o dos grandes problemas históricos do Brasil: a pobreza, para o qual conseguiram atingir a meta do milênio, que é reduzi-la pela metade até 2015, mas foi colocada uma meta mais rígida: reduzir para ¼ até essa data; e a desigualdade, que teve uma redução de 2002 até hoje.

Nazareno Fonteles - Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar (FPSA)

O Sr. Deputado Fonteles apontou as duas leis prioritárias que havia no Congresso: a Lei de Alimentação Escolar, aprovada em julho de 2009, e a emenda de Nº 64 à Constituição, do Direito à Alimentação, promulgada no dia 4 de fevereiro de 2010. Acrescentou nesse último ponto que para que isto acontecesse foi criada a figura dos “colaboradores”, os quais conseguiram que houvesse uma boa interação entre a Frente e o CONSEA, o MDS, o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e a sociedade civil. Em seguida, retomou a questão da Lei de Alimentação Escolar dizendo que a merenda escolar existe no Brasil desde 1995, graças à ação do também parlamentar Josué de Castro. Porém, continuou, não existia uma lei mais orgânica nem uma ponte com a Agricultura Familiar. E que foi a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a que fez com que fossem incorporadas a Lei de Alimentação Escolar e a Lei da Agricultura Familiar, como o êxito anterior do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Segundo o Sr. Deputado Fonteles deveria ser uma prioridade de todos os países da Frente buscar o objetivo

da experiência brasileira de “casar” as leis de alimentação escolar e da agricultura familiar. Relatou uma questão que tem de ser construída com o Ministério da Educação: a implementação nas escolas de educação básica, ainda que de maneira transversal nas disciplinas, o ensino da alimentação e nutrição, da Segurança Alimentar, do Direito à Alimentação, e dos alimentos e hábitos saudáveis. Questão essa que está na lei, mas que não conta com material didático, e para a qual será fundamental a participação popular. Acrescentou que para a elaboração da lei se quebraram muitos preconceitos corporativos. Para ajudar nessa temática prevista na Lei de Alimentação Escolar, continuou, deveria haver, por exemplo, hortas que as escolas teriam, com uma visão pedagógica, não só para produzir alimentos, mas também para educar os professores e professores acerca da importância de ter nelas um laboratório vivo e natural para ensinar as crianças e adolescentes sobre biologia, ciências, matemática, física, química, e sobre a água, o solo e o meio-ambiente. O Dr. Deputado Fonteles finalizou se referindo ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), que precisa ser direcionado cada vez mais ao fortalecimento da agricultura familiar local e aos programas de alimentação escolar nos países que ajuda e “casá-los” porque, segundo ele, isso sim combate eficazmente a fome e a desnutrição e dá mais autonomia e soberania a esses povos, para que eles não sejam reféns das grandes compras de terceiros para levar o alimento. E entregou o último dado estatístico: segundo o Censo Agropecuário de 2006, conquista da Lei da Agricultura Familiar e do mesmo ano da LOSAN, a produtividade da agricultura familiar é superior a aquela do agronegócio ou agricultura industrial, preserva a biodiversidade, gera emprego no campo e produz alimentos mais saudáveis.

Vitória Ginja - Representante do Programa Mundial de Alimentos (PMA)

A Sra. Vitória Ginja focou sua exposição na importância de atender as crianças menores de 3 anos com desnutrição crônica, pois os efeitos nessas idades são irreversíveis. Além disso, apontou que o Programa Mundial de Alimentos não só ajuda a salvar vidas em situação de emergência, mas também transfere sua capacidade e experiência aos países para que eles implementem seus próprios programas alimentares. Acrescentou que o PMA também tem realizado nos últimos anos compras locais nos países em desenvolvimento, o que está melhorando o interesse dos produtores ao aumentar sua produção, e ao mesmo tempo está dinamizando as economias locais. Relatou também que o Programa Mundial de Alimentos está implementando na Bolívia, país no qual ela trabalha atualmente, a experiência do Brasil nessa área. Concluiu sua apresentação apontando que o PMA tem se empenhado em que os próprios países, particularmente os da América Latina e o Caribe, priorizem em suas agendas a questão do Direito à Alimentação com o enfoque da atenção às crianças menores de 3 anos e que isto apareça na legislação desses países. Finalmente, a representante do Programa Mundial de Alimentos se referiu aos trabalhos colaborativos e aos estudos de redes de proteção social contra a fome e a desnutrição do PMA.

Debate

Após as exposições foi aberto o espaço para as perguntas e comentários dos parlamentares, autoridades e membros da sociedade civil, as quais foram respondidas pelos membros dos painéis. Em geral elas trataram sobre os ensinamentos da experiência brasileira para outros países da região e a importância do Fórum para a questão do combate à fome. A respeito da agricultura familiar foram abordados elementos para evitar a corrupção; os produtos destinados à venda e os destinados à alimentação rural em comparação com os destinados aos agronegócios. Em relação à alimentação escolar foram debatidos mecanismos para conseguir sua inclusão na periferia do país, em todos os municípios; o papel da CONAB e a operacionalização dos programas no resto da Região. Também foi abordada a questão dos seguros agrícolas e de safras; a educação e o Programa Fome Zero; o fomento do PRONAF e do Estado; a reforma agrária e o tema cultural; a agroecologia, as hortas escolares (outras modalidades de compra e insumos para a população em geral); a importância das organizações da sociedade civil na construção de políticas públicas e para que exista um trabalho em conjunto, articulado e aberto ao diálogo com os parlamentares

do Brasil e da América Latina. Outros elementos que surgiram foram a luta das mulheres, dos pequenos produtores de alimentos e mudanças nas políticas e a legislação; as comunidades indígenas e a necessidade de conseguir o reconhecimento nacional dos produtos ancestrais, assim como a organização e integração do artesanal com o ocidental, o urbano com o rural, o camponês com o indígena, a necessidade de integrar movimentos sociais latino-americanos (agricultura camponesa, povos originários, pescadores artesanais, mulheres rurais e coletivos afros). Por fim, foi salientada a necessidade de manter e aprofundar os programas do PMA em crianças.

Eixo Temático 3: Estratégias contra a Fome: Participação Cidadã

Exposições: *Valéria Burity (ABRANDH) e Fernando Rosero Garcés (CAFOLIS)*

Moderadora: *Senadora Adriana González (México)*

Valéria Burity - Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH)

A representante da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, Valéria Burity, começou sua apresentação expressando que se intuito é acabar com a fome tem que se trabalhar com os pequenos produtores de alimentos, os mais afetados por ela. Em seguida, se referiu à perspectiva de direitos humanos no combate a fome, isto é, as causas dela, a que os meios sejam coerentes como os fins e a que deve existir uma participação de todos os sujeitos de direito segundo o contexto. Também relatou os obstáculos para a realização do direito, como são: a naturalização ou inferiorização das desigualdades, a opressão econômica, política e comunicacional e as formas de negociação de conflito violentas. Continuou dizendo que se deve garantir a mobilização da sociedade civil, mas sem que ela seja criminalizada. Por fim, a representante da ABRANDH apontou às tarefas do Brasil em relação à efetivação da emenda constitucional e a que devem ser monitoradas as recomendações do Relator das Nações Unidas para o Direito Humano a Alimentação Adequada. E àquelas da sociedade civil, que deve agir de modo intersetorial, complementando-se e fortalecendo-se contra o Estado.

Fernando Rosero Garcés - Coordenador Geral do Centro Andino para a Formação de Líderes Sociais (CAFOLIS)

O Sr. Rosero Garcés começou sua exposição apontando aos avanços na institucionalização do Direito à Alimentação e as políticas alimentares na América Latina, tanto nos países onde ela existe como naqueles onde ela está em processo: há leis sobre participação da sociedade civil e Segurança Alimentar e normas sobre Soberania Alimentar e alimentação em geral. Aquilo, segundo ele, faz parte do aprofundamento da democracia, pois ela não existe sem participação popular. A esse respeito, o coordenador do CAFOLIS ressaltou a questão da formulação, implementação, do monitoramento/avaliação e da realimentação das novas políticas alimentares. Continuou se referindo as limitantes ou nós críticos dessas novas políticas: que elas não têm nível local, tampouco caráter vinculativo, nem intersetorial ou supraministerial, que existe uma resistência às mudanças institucionais e à formulação e execução delas pelos funcionários públicos, que existem limitações orçamentais e fragilidades na justiciabilidade. O coordenador do Centro Andino para a Formação de Líderes Sociais concluiu sua apresentação entregando algumas recomendações para que a participação da sociedade civil mude em relação às novas políticas alimentares.

Debate

Finalizadas as exposições se seguiu o momento das perguntas e comentários do público presente, entre parlamentares, autoridades e membros da sociedade civil. Foi abordada a participação dos povos indígenas e a inclusão da sociedade civil não apenas como assessores dentro da Comissão

da Frente, de maneira a que exista um maior diálogo e reconhecimento com os parlamentares; a intenção é que a sociedade civil tenha um papel ativo nos próximos Fóruns da Frente Parlamentar contra a Fome e que nos países sejam estabelecidos espaços de participação que permitam que as iniciativas de legislação dos e das parlamentares incorporem demandas da cidadania. Foi acordado ampliar o conceito de Segurança Alimentar ao de Segurança e Soberania Alimentar e formar uma Frente Social de Soberania Alimentar na América Latina; o negócio dos alimentos, o monopólio da fome e a economia solidária; os direitos do consumidor; o aprendizado de práticas participativas e a construção de leis; entre outros.

Eixo Temático 4: Cooperação Sul-Sul: o que podem fazer os parlamentares?

Exposições: *Xanthis Suárez (Parlacen), Milton Rondó Filho (Ministério das Relações Exteriores de Brasil), Eduardo Polcan (Representante da Argentina junto à REAF), Guilherme Brady (Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil)*

Moderador: *Deputado Fausto Lupera (Equador), Vice-presidente do Parlamento Andino (Parlandino)*

Deputada Xanthis Suárez - Parlamento Centro-americano (Parlacen)

A Deputada Xanthis Suárez iniciou sua exposição, aproveitando o ensejo da comemoração dos 100 anos do Dia Internacional da Mulher, para reivindicar uma maior participação da mulher, assim como também reconhecimento, igualdade total e equidade de gênero, sem nenhuma diferenciação para elas na questão da fome e neste tipo de fóruns. Acrescentou que não existe possibilidade de se avançar se não há participação e articulação de todos os atores e de todos os setores: deputados, senadores e a sociedade civil, envolvidos na luta para conseguir que ela seja combatida através de programas no contexto regional. Em seguida, relatou o papel do Parlacen, e concluiu com a reafirmação da importância dos acordos de cooperação internacional.

Ministro Milton Rondó Filho - Coordenador de Estratégias Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE)

O Sr. Rondó Filho relatou que as políticas externas brasileiras de combate à fome se baseiam no modelo interno, inspirado no Programa Fome Zero. Ou seja, há medidas de caráter emergencial e outras de caráter estrutural. Afirmou que o orçamento destinado a programas de combate à fome em outros países cresceu quatro vezes do ano 2008 para 2009 e cinco vezes de 2009 para 2010, e que a quantidade de alimentos (feijão, milho, arroz e leite em pó) doados a países como Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica, chegou a 235 mil toneladas em 2009. Ressaltou que essa Política Externa tenta “não repetir os erros do passado”, no sentido de não fragilizar a agricultura do país receptor com uma doação acima da quantidade pedida por cada um deles. De modo que defende a tese de que a assistência humanitária deve ser sustentável no sentido ambiental, econômico e social. Entre os receptores mais comuns, além dos já citados, configuram-se: Bolívia, El Salvador, Guatemala, Palestina e os países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Adicionou que outra forma bastante apreciada pelo MRE de promover assistência a países em situação de Insegurança Alimentar é, ao invés de doar o excedente de alimentos do Brasil, promover a compra de alimentos provenientes da Agricultura Familiar do país em questão. Caso não existam, por algum fator que tenha interferido na produção, promove-se a compra de alimentos de algum país vizinho, sempre no intuito de tornar economicamente sustentável a assistência posta em prática. Outra forma considerada como profícua pelo Ministro é o trabalho da Alimentação Escolar nestes processos de assistência. Contando com um orçamento de US\$ 3 milhões, o Brasil investe em programas de Alimentação Escolar em vários países da região. Para concluir, atribuiu grande relevância aos parlamentares na facilitação da assistência humanitária que, no caso do Brasil, tem que ser aprovada por meio de uma Medida Provisória Presidencial, processo que pode ser mais rápido e eficiente. Por fim, afirmou que os parlamentares são atores essenciais no ato de “proteger, prover e promover o Direito à Alimentação”.

Eduardo Polcan - Representante da Argentina junto à REAF - Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentos da Argentina

O Sr. Eduardo Polcan abordou em sua exposição a importância da cooperação internacional para a Segurança Alimentar, tratando em especial o caso do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Em 2004 foi criado no âmbito deste bloco regional a REAF (Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar), que busca promover um diálogo nos países do bloco quanto às ações de promoção da Segurança Alimentar. Relatou as cooperações realizadas por parte do Ministério da Agricultura Argentino com órgãos de outros países como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Brasil), entre outros órgãos nacionais. Finalizou fazendo o diagnóstico de que a REAF em pouco tempo de criação já mostrou resultados consideráveis, caracterizando-a como um efeito catalisador na consecução de medidas protetoras da Agricultura Familiar.

Guilherme Brady - Assessor Internacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

O Assessor do MDA introduziu sua exposição fazendo uma análise do contexto internacional atual, que é estratégico e conveniente para a promoção da Segurança Alimentar e que em tal contexto o Estado tem se caracterizado como um agente central no desenvolvimento de políticas públicas. Após também relatar sobre a supracitada REAF, o Sr. Guilherme Brady notou a importância de lidar com a Agricultura Familiar, já que, segundo os dados apresentados por ele, 60% dos alimentos consumidos no bloco regional são provenientes da Agricultura Familiar. Destacou que um sistema normativo expresso em lei obriga os países a sistematizarem a promoção da Segurança Alimentar e que as organizações sociais exercem um papel fundamental na luta contra a fome. Por fim, relatou que a experiência do bloco tem sido exitosa a ponto de despertar interesse em outras regiões como o continente africano.

Debate

O debate transcorreu após as exposições e tendo como pontos discutidos de maneira marcante: a questão do controle feito sobre as doações de alimentos a outros países; os subsídios agrícolas e a Alimentação Escolar, indicada como uma maneira profícua de promover a Segurança Alimentar até mesmo pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e que várias vezes foi tratada durante o Fórum.

3. PLENÁRIA GERAL

Senhor Juan Carlos García Cebolla

Coordenador do Projeto de apoio à Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome

Deputado Alexander Mora Mora

Moderador Eixo temático 1

Deputado José Carlos Cardoso

Moderador Eixo temático 2

Senhora Adriana González

Moderadora Eixo temático 3

Deputado Fausto Lupera

Moderador Eixo temático 4

A Plenária Geral do Primeiro Fórum da Frente Parlamentar contra a Fome se iniciou com uma breve explanação por parte do moderador de cada Eixo Temático sobre os pontos principais que ocuparam os painéis. Em seguida, foi lido um rascunho do que seria a Declaração do Primeiro Fórum da Frente Parlamentar da América Latina e Caribe contra a Fome. Neste momento, todos os participantes tiveram a oportunidade de defender suas ideias e contestarem-nas uns com os outros.

Por outro lado, a senadora Adriana Gonzalez propôs a assessora legislativa Carla SánchezArmas como assessora da Comissão Coordenadora da FPF; por sua vez, Rubén Vélez, Secretário Geral do Parlamento Andino, foi proposto por Fausto Lupera, Vice-presidente do Parlandino. Além disso, José Carlos Cardoso, Presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento Latino-americano, propôs um representante de uma Secretaria do Parlatino.

Na Declaração Final foi acordado:

1. Criar uma comissão coordenadora integrada pelos diversos órgãos parlamentares presentes na Frente, como PARLATINO, PARLACEN, PARLANDINO, FIPA, COPA e os e as parlamentares de outros espaços legislativos.
2. Esta Comissão assumirá a responsabilidade de coordenar a Frente com os diferentes órgãos parlamentares que sejam criados em contextos nacionais e locais. É solicitada a presença da FAO e da Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome para dar apoio técnico às diferentes iniciativas legislativas.
3. Os integrantes da Comissão se reunirão no segundo semestre de 2010 para estabelecer um plano de trabalho, considerando o Plano de Ação aprovado em 2009. Será realizado um Fórum ou encontro no primeiro semestre de 2011. No delineamento do Fórum serão incorporados representantes da sociedade civil.
4. Fomentar o estabelecimento de Frentes Parlamentares contra a Fome em todos os países.
5. Estabelecer um Fórum virtual permanente com apoio da FAO através de um site onde participem todos os integrantes do FPF.
6. Impulsionar e dar força à Frente Parlamentar contra a Fome (FPF) como uma articulação de integrantes de espaços legislativos da América Latina e o Caribe empenhados em colocar no nível mais alto das agendas políticas e legislativas a luta contra a fome na Região.
7. Reafirmar o papel fundamental da Sociedade Civil no delineamento, execução e avaliação das estratégias de combate a fome, pelo que é feito um chamado a todas as organizações, órgãos acadêmicos, setor privado e à cidadania em geral para articular e participar em Fóruns nacionais que sejam construídos, a fim de reforçar o diálogo nacional e internacional entre todos os atores envolvidos na consecução da segurança alimentar e nutricional, assim com a soberania alimentar.
8. Impulsionar a sensibilização dos diferentes congressos subnacionais e nacionais a respeito da importância de que seja buscada a plena incorporação do Direito à Alimentação nas legislações vigentes, a fim de que seja estabelecido definitivamente entre os marcos institucionais.
9. Incentivar a criação de mecanismos que eliminem os obstáculos às compras de alimentos produzidos pela agricultura familiar, de modo a fortalecer este tipo de atividade agrícola, com especial ênfase nos programas de alimentação escolar. Apoiar a iniciativa da sociedade civil de solicitar às Nações Unidas a declaração de um Ano Internacional da Agricultura Familiar.
10. Fortalecer os diferentes níveis de cooperação Sul-Sul e cooperação triangular no âmbito da segurança alimentar e nutricional, assim com da soberania alimentar trocando conhecimento e recursos para desenvolver estratégias eficazes de acordo com a necessidade de cada país e sub-região, incluindo a recuperação de produtos tradicionais, ancestrais e culturalmente apropriados.
11. Reconhecer a decidida participação das mulheres na luta contra a fome e a busca da soberania e segurança alimentar e nutricional. Serão impulsionados os mecanismos para que nos encontros da Frente Parlamentar contra a Fome exista uma maior participação das mulheres, visando atingir a equidade de gênero.

Também foi acordado que: o próximo Fórum da Frente Parlamentar contra a Fome ocorrerá no primeiro semestre de 2011, no México. Além disso, foi declarada a solidariedade com os povos do Haiti e do Chile devido aos terremotos acontecidos no último tempo.

Nesse momento todos os e as parlamentares presentes leram e assinaram a Declaração Final.

ANEXOS

1. Comissão Coordenadora da Frente Parlamentar contra a Fome

A Comissão será integrada pelos seguintes legisladores integrantes da Frente Parlamentar contra a Fome:

José Carlos Cardoso

Presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento Latino-americano - PARLATINO

Nazareno Fonteles

Presidente da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar do Brasil

Luis Castilla

Presidente da Comissão de Saúde, Segurança Social, População, Assuntos Trabalhistas e Sindicais do Parlamento Centro-americano - PARLACEN

Fausto Lupera

Vice-presidente del PARLAMENTO ANDINO

René Arce

Senador do México e membro do Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA

Ferdy Berganza

Deputado da República da Guatemala

Pedro de la Cruz

Congressista da República do Equador

Assessores:

Carla Sánchez Armas, Assessora Legislativa do México

Rubén Vélez, Secretário Geral do Parlamento Andino

Representante de uma Secretaria do PARLATINO

2. Sede do próximo Fórum da Frente Parlamentar contra a Fome

É acordado que o México sediará o próximo Fórum da Frente Parlamentar contra a Fome a ser realizado no primeiro semestre de 2011, onde os países e parlamentos darão conta dos avanços conseguidos no período.

3. Solidariedade com os povos do Haiti e Chile

Os e as parlamentares, assim como representantes da sociedade civil organizada reunidos no Primeiro Fórum da Frente Parlamentar contra a Fome declaram sua solidariedade com os povos do Haiti e Chile, devido aos terremotos acontecidos nos últimos meses. Reafirmam a necessidade de que os diferentes congressos e parlamentos sejam atores relevantes na definição de medidas voltadas para a reconstrução dos países.

LISTA DE PRESENÇA NOS EIXOS TEMÁTICOS DO PRIMEIRO FÓRUM DA FRENTE PARLAMENTAR CONTRA A FOME:

Eixo 1: Direito à Alimentação: elementos-chave para um marco legal

1. Ferdy Berganza / Guatemala
2. Valéria Burity / ABRANDH, Brasil
3. Felipe Íñiguez / MAELA, México
4. Reginaldo Rivera / Deputado, México
5. Xanthi Suárez García / Deputada Parlacen, Nicaragua
6. Ana Josefa Blanco / CALMA, El Salvador
7. Osvaldo Trajano Rodrigues / São Paulo, Brasil
8. Maria Aparecida Nalesio / São Paulo, Brasil
9. Adriana González Carrillo / Senadora, México
10. Victor Terrero / Deputado, República Dominicana
11. Salvador Quiroz Conejo / Deputado, Costa Rica
12. Ana Lucia Pereira / Consea, Brasil
13. Madgalena Sara Pacheco / CONAVIGUA, Guatemala
14. Mario Marroquín Mejía / Deputado, El Salvador
15. Milton Rondó Filho / Ministério das Relações Exteriores
16. Rubén Vélez Núñez / Secretario Geral Parlandino
17. Raphael Silva Oliveira / Instituto Indhuma (cultura), São Paulo, Brasil
18. Clarice Silva Oliveira / Instituto Indhuma, São Paulo, Brasil
19. Nidia Diana Martinez / Parlatino, Cuba
20. Elsa Rojas / COPA, Cuba
21. Simão Pedro / Assembleia São Paulo
22. Pablo Ramirez / FAO
23. Juan Carlos García Cebolla / FAO
24. Marta Battaglia Custódio / Brasil
25. Pilar Torre Canales / Deputada, México
26. Evelyn Triguerras Durón / Deputada, México

Eixo 2: Programas de Segurança Alimentar e compras da Agricultura Familiar

1. Aline Menescal / Brasil
2. Cándido Aguilera / Deputado, Paraguai
3. Egidio Strappasson / Mocase
4. Maria Enza Guedes / Consea, Brasil
5. Fernando Silva Santos / FAF, Brasil
6. Fernando Rosero / CAFOLIS, Equador
7. Franklin Sánchez / Deputado, Peru
8. Hugo Capurro / Deputado, Paraguai
9. José Stanley / MJK, Panamá
10. Luis Castilla / PARLACEN
11. María Margarita Velado / Deputado, El Salvador
12. Martha Leticia Sosa / Senadora, México
13. Nivaldo Sequeira / FAF, Brasil
14. Pedro de la Cruz / Congressista, Ecuador
15. Renato Baumann / CEPAL
16. Flavia Schwartzman / CESANE, Brasil
17. Ruth Peñafiel / ECMIA, Equador
18. Walter Belik / UNICAP, Brasil
19. Adriana Aranha / MDS, Brasil

20. Alfredo Luiz / CONAB, Brasil
21. Emma Siliprandi / UNICAMP, Brasil
22. Albaneida Pliseinho / FNDE, Brasil
23. Iris Ordóñez / ALMA, Peru
24. Rodrigo Castañeda / FAO
25. Carlos Medeiros / ALESP, Brasil
26. Marcos Gamberini / MDS, Brasil
27. Aurico Dias / Eldorado, Brasil
28. Benedito Alves da Silva / Eldorado, Brasil

Eixo 3: Estratégias contra a fome: participação cidadã

1. Hugo Capurro / Deputado, Paraguai
2. Roberto Rebollo / Deputado Federal, México
3. Reginaldo Rivera / Diputado Federal, México
4. Felipe Íñiguez / MAELA, México
5. Pedro de la Cruz / Assembleia Nacional, Equador
6. Jaime Abril / Asamblea Nacional, Equador
7. Christiane Costa / FBSSAN, Brasil
8. Mariana Romão / Instituto Pólis, Brasil
9. Luis Castilla / Deputado Parlacen, Panamá
10. Salvador Quiroz Conejo / Deputado, Costa Rica
11. Víctor Terrero / Deputado, República Dominicana
12. Martha Leticia Sosa / Senadora, México
13. Braulio Álvarez / FNSCP Simón Bolívar, Venezuela
14. Ana Josefa Blanco / CALMA, El Salvador
15. Ramón Agama Salas / FIUPAP, Peru
16. F. Rosendo Marín Díaz / Deputado Federal, México
17. Cándido Aguilera / Deputado, Paraguay

Eixo 4: Cooperação Sul-Sul: o que podem fazer os parlamentares?

1. Ronaldo Antonio Gonzalo / Brasil
2. Renato Baumann / FAO, ONU
3. Rodrigo Castañeda / FAO
4. Ángel Strappazon / CIA, Vía Campesina
5. Américo Incalcaterra
6. María Margarita Velado / Deputada, El Salvador
7. Ruth Peñafiel / Rede Mulheres Indígenas, Equador
8. Cecilia Lima López / FAO-ROMA
9. Berthy do Rego / União Global Sindical, Brasil
10. Marisa de Sá / Vereadora de Guarulhos, São Paulo
11. António Timóteo / Assessor Parlamentar
12. Alfredo Luiz Brienza Coli / CONAB, São Paulo
13. Nazareno Fonteles / Deputado Federal, FSA, Brasil
14. Carla Sánchez Armas García / México
15. Vitório Ginja / PMA
16. Carlos Sarmiento / COAN, Argentina
17. Alessandra da Costa Lunas / COPROFAM-CONTAG